

JOAQUIM NABUCO: HUMANISMO E POLÍTICA

NELSON SALDANHA

"... estas páginas tiveram, ao serem primeiro publicadas, feição política que foram gradualmente perdendo, porque já ao escrevê-las diminuía para mim o interesse, a sedução política." (J. Nabuco, Minha Formação, nota ao início do cap. XX, intitulado "Massangana").

Começemos pelo contexto. Nabuco (1849-1909) pertenceu a um período muito representativo da história do Brasil: apogeu da Monarquia, advento da República, abolição da escravidão, evolução das ciências sociais no país, crescimento dos estudos políticos e constitucionais, transformações na literatura e na sociedade. Pertenceu a uma geração — se tomarmos este conceito com certa flexibilidade — que atravessou diversas "questões sociais" e que viveu uma sucessão de crises e de reconstruções. Consideremos os seus contemporâneos: Rui Barbosa (1849-1923), Sílvio Romero (1851-1914), Araripe Júnior (1848-1911), e mais, se ampliarmos a referência, Tobias Barreto (1839-1889) e Machado de Assis (1839-1908), e por outro lado Eduardo Prado (1860-1901) e Euclides da Cunha (1868-1909).

Nabuco encarnou exemplarmente a *belle époque* brasileira, com seu europeísmo e sua sempre mencionada elegância, mas também participou de campanhas sociais e políticas verdadeiramente importantes, centralmente o movimento abolicionista, em que atuou de modo decisivo⁽¹⁾.

Um Brasil, o seu, de persistências coloniais e de veleidades cosmopolitas. Persistência do latifúndio (como ainda hoje em várias regiões), com as chefias pessoais tão combatidas pelo seu coetâneo Sílvio Romero; persistência das desigualdades geo-antropológicas e culturais, e das mazelas vindas dos primeiros tempos da ocupação territorial. Um Brasil onde ecoavam desde meados do século XIX os debates sobre o socialismo, sobre o parlamentarismo e outros

ismos, mas onde a concentração do capital se firmava para perdurar como até hoje: a do capital e a da burocracia centralizadora, paralela ao perdurar do presidencialismo impenitente que ainda hoje domina o país.

Nabuco personificou o intelectual oitocentista, de interesses abrangentes e de formação genérica — estudo de línguas clássicas no Colégio, leituras voltadas para a literatura e a história. A passagem pela Faculdade (no caso a “Academia” de São Paulo) não significaria necessariamente uma destinação jurídica, do mesmo modo que para tantos de seu tempo: sem Universidades no país (nossos clamorosos atrasos), sem opções suficientes, os estudantes que faziam o curso de Direito, em São Paulo ou no Recife, assimilavam um lastro razoável de conhecimentos específicos, mas, mais do que isso, viviam a chance de enveredar pelas letras ou pela política.

* * *

Foi, por outro lado, uma época de intenso interesse pelos estudos históricos. A historiografia romântica, que pesquisava origens e aborígenes, que celebrava batalhas e acendia patriotismos, cedia lugar à influência do realismo, bem como do positivismo e do evolucionismo: dos ensaios de Abreu e Lima e de Gonçalves Dias passara-se aos trabalhos do Capistrano de Abreu, de Melo Moraes e outros⁽²⁾. Os livros de Moniz Tavares, de Varnhagen e de Gonçalves de Magalhães tinham trazido à cena vários problemas gerais, vários aspectos fundamentais da formação do Brasil; o trabalho dos historiadores dividia-se, então, entre a exposição de fatos, a crítica dos antecessores (como a crítica de João Francisco Lisboa e Berredo) e o comentário pessoal, este alternado com a tirada patriótica. A geração de Nabuco, com presença efetiva a partir dos anos setenta, encontrou um Brasil mais complexo, ocupado com um debate político mais maduro e em transição para uma vida urbana mais definida. O debate sobre as províncias, por exemplo, conduzido com pertinácia e idealismo por Tavares Bastos (1839-1875), seria retomado quando da discussão sobre o federalismo, a propósito da elaboração da Constituição de 1891: para Nabuco a questão se poria em termos particularmente difíceis, pois sua fidelidade à monarquia dificultava a adesão à causa federalista⁽³⁾.

Foi na geração anterior à de Nabuco que o direito público brasileiro se firmou em termos consistentes, com a famosa *Análise* da Constituição de 1824 de autoria de Pimenta Bueno, com os trabalhos do Visconde de Uruguai (entre outros) e com o tema do poder moderador, que foi tratado em sentido positivo por vários juristas de então, e em sentido polêmico — brilhantemente polêmico — por Tobias Barreto.

Para Nabuco, a história política aparecia como o modo mais característico de configurar a sua visão do país: como nos grandes historiadores ingleses, tão de seu agrado, as reflexões mais abrangentes cabiam no próprio trato dos temas históricos, e dentre estes os temas políticos seriam centrais: a história como narrativa de situações e de acontecimentos ligados ao poder e aos governos, ou às coisas que se relacionam com os governos: eleições, partidos, batalhas, ministérios.

Na historiografia de Nabuco, podemos ver desde logo a junção entre o panorama geral e a seqüência dos fatos. Não lhe tivesse faltado uma maior formação filosófica, e teria talvez atinado com a insuficiência (hoje realmente mais visível) da velha concepção que vê na história o registro do “singular” e do “irrepetível”: na verdade, ocorrem na história o genérico e o particular, os agonismos e os cenários, a lenta duração e a mutação rápida.

Pois Nabuco, pondo sobre o panorama geral o recorte das figuras individuais, descreveu o império — que estranho soa esta palavra nesse contexto — ou seja, a monarquia brasileira e narrou a vida de seu pai. Foi o que fez em seu livro maior, ou antes mais extenso, tomando a biografia do conselheiro Nabuco como tema e desenhando-a sobre os rochedos e as nuvens de fundo.

Ligado ao liberalismo e à política inglesa, Nabuco interessou-se pela constituição da Inglaterra, com suas peculiaridades, suas conotações históricas, e certamente seu cunho aristocrático. Como um paralelo, sua admiração por Walter Bagehot, que lhe aparecia como o mais respeitável intérprete das instituições inglesas⁽⁴⁾.

* * *

Foi, portanto, um personagem colocado entre a vida política e a vida intelectual. Como tantos na história das nações, na história antiga e na moderna (se é que valem estas expressões), e também no Brasil. *Vita activa e vita contemplativa*: nestes termos se colocou, desde o tempo dos clássicos, o fundamental dualismo.

Se usarmos o termo “humanismo” como um correlato — não um sinônimo — para “vida intelectual”, encontraremos o fulcro do dualismo aqui proposto: o humanista e o político em Nabuco. A proposição desse dualismo oferece porém um sentido tipológico, uma duplicidade sem excludência, pois o humanista sempre pode ser “também” um político, e o político obviamente pode apresentar um “lado” intelectual. O *humanismo*, com óbvia raiz em *homo* (e em *humanus*), veio incorporando em sua trajetória histórica as significações contidas em “humanidades”, “letras clássicas” e outros termos. O humanista,

portanto, é não apenas o representante de um modo de ser, mas também o herdeiro de uma seqüência histórica, com todas as responsabilidades que isto acarreta: responsabilidades que são, inclusive, éticas e políticas⁽⁵⁾.

O *político*, por seu turno, se revela historicamente como um personagem especial. Aqui me valho do notável ensaio de Ortega sobre o político (*Mirabeau o el político*, de 1927), no qual o mestre do vitalismo toma o caso de Mirabeau como “algo muy próximo al arquétipo del político”. Mirabeau teria sido o político por excelência, “de espíritu liberal y democrático, de alma y de raza un noble”. Para Ortega, o grande político é sempre o mesmo tipo de homem, inclusive organicamente⁽⁶⁾, e ele compara com o de Mirabeau, dentre outros, os casos de César e Alcibíades⁽⁷⁾. Eu acrescentaria Cícero e Bolívar, talvez Ivan o terrível: todos possuídos, também, de afã intelectual. De todos os modos, por exagerado e questionável que seja o retrato orteguiano do político, moldado sobre o vulto de Mirabeau, ficam dele alguns traços válidos, cujo excesso se resolveria se falássemos em uma tipologia do político.

Mas retornemos ao caso brasileiro, e à época de Nabuco. Evidentemente poderemos encontrar, nela, figuras preponderantemente intelectuais, como Sílvio Romero e Araripe Júnior, e figuras principalmente políticas como Rio Branco ou Artur Bernardes. Joaquim Nabuco e Rui Barbosa terão sido tanto intelectuais como políticos: Rui o jurista, o jornalista, o senador, o orador, com sua figura tão popularizada em um país cuja cultura, no século XIX em especial, tanto valorizou a oratória.

E fixemos-nos um pouco sobre a imagem de Nabuco como humanista⁽⁸⁾. Ronald de Carvalho encontra nele um clássico e conservador na literatura (em contraste com o político “liberal e progressista”), um humanista embebido de cultura greco-romana⁽⁹⁾.

A dupla face de Nabuco, posto entre a lide política e o humanismo, poderia ser simbolizada com alusão ao seu culto por Bagehot e por Renan: Renan representando a historiografia e a literatura, Bagehot autor de um importante livro sobre a constituição inglesa (sobre a influência de Bagehot ficou como testemunho admirável o capítulo XII de *Minha Formação*, e ele dizia, ao final do capítulo XI, “o meu Bagehot”). E a propósito de Renan vale anotar a enorme vaidade de Nabuco, quando narra a visita ao mestre francês na Rue Vanneau, e com ela as visitas a outros escritores, aos quais Renan o encaminhara. Bem que Nietzsche dizia (li isto em Borges) que a mais eficaz das pessoas gramaticais é a primeira.

Exagerou portanto Paulo Prado, ao escrever que Nabuco tinha sido uma “personalidade exclusivamente intelectual”⁽¹⁰⁾. No capítulo XIV de *Minha Formação* se encontra aliás a idéia de que o povo deve sempre fazer política,

e que somente a prática da política permite ao povo adiantar-se, e desenvolver-se em seus “mais vitais interesses”.

Um político, entretanto, que não se desamarrou dos modelos clássicos e não se apartou de seu ideal pessoal de *aplomb* e elegância: seu liberalismo, que foi sempre um conservadorismo *light*, não estimava positivamente os movimentos socialistas. Assim, no livro sobre o pai, as páginas serenas mas negativas com que descreve a Revolução Praieira⁽¹¹⁾. A participação na campanha abolicionista tinha de significar uma posição liberal (idéia de progresso, justiça, direitos) mas a herança de família, unida a um profundo *pathos* aristocrático, funcionava como uma inclinação conservadora.

Uma certa reserva, um evitar extremos, dão às vezes à figura pessoal de Nabuco um tom meio anódino. Diferentemente de um Tobias, de um Silvio Romero ou mesmo de um Rui — e sem dúvida, de um Euclides. Não desenvolveu suas simpatias políticas como uma campanha doutrinária, como a campanha de Tavares Bastos em prol das províncias. Daquela reserva lhe adveio, porém, uma respeitabilidade jamais desmentida, que o acompanhou por toda a vida como político e como escritor.

Nabuco, efetivamente, viveu em um tempo em que as pessoas não se envergonhavam de integrar uma elite: intelectual, política, social, como fosse. Representou um dos lados da elite brasileira (obviamente não falo de elites econômicas, meramente econômicas, ou meramente do poder), da elite que existiu no país entre 1880 e 1910. Mais de uma vez confessou o sentido estético e aristocrático de seus pensadores políticos: vejam-se por exemplo os parágrafos finais do capítulo XI de *Minha Formação*⁽¹²⁾. Este *penchant* aristocrático (e estético) esteve sempre presente em suas posições, no seu ideal de instituições estáveis — pensando em Londres e na Inglaterra — e nas referências ao Velho Mundo (sempre pouco interessado nos problemas da América Latina, e apesar de seu olhar cosmopolita).

Às vezes se fala de Nabuco apolíneo, empregando-se o termo no sentido da serenidade e da impassibilidade, quenão é exatamente aquele que Nietzsche utilizou no famoso passo da “Origem da Tragédia”. De qualquer sorte o patriotismo de Nabuco, bem mais voltado para o lado político (sem embargo da sincera preocupação social na campanha abolicionista), não se assemelhava às angústias de Silvio Romero ou de Euclides da Cunha diante das realidades nacionais⁽¹³⁾. Consta inclusive, de Nabuco, que evitava os escritores russos, por deprimentes. Teria sido, por certo, um cartesiano, um clássico (embora romântico): dir-se-ia que não amava os labirintos nem a dialética, e provavelmente não apreciava Goya.

Das alusões ao Nabuco empenhado em campanhas sociais e ao mesmo tempo um telectual aristocratizante, ou ao Nabuco político crente na politização do povo e ao mesmo tempo humanista cultor de Renan (e autor de versos em francês), podemos passar a um outro dualismo, que de certo modo se relacionava a estes. Trata-se da presença, em Nabuco, de duas dimensões, a do cosmopolitismo (considero questionável a contraposição entre este termo e “universalismo”) e a do localismo. Ou seja, a demorada vivência nos chamados grandes centros, como Paris e Londres, com a assimilação dos valores culturais do que hoje se chamaria “primeiro mundo”, e o recorrente contacto com sua província, inclusive com a significativa referência literária aos lugares de origem.

Com isso afloramos um velho problema, alimentado aliás por uns tantos equívocos — inclusive a citação, freqüentemente pouco crítica, da frase de Tolstoi sobre falar da própria aldeia e ser universal.

Não digo que o intelectual deva ignorar as coisas de sua origem, cidade, estado ou região: coisas como gostos, falas, tradições, possivelmente valores. Mas também não acredito que um humanista completo, vivendo onde viva, deixe de assumir de alguma forma preocupações (e valores) universais. Universais, e aqui retomo algo afirmado logo acima, em um sentido que possui graus, posto que as coisas ditas universais são resultados de processos histórico-culturais, semelhantes aos processos que criam os “clássicos”⁽¹⁴⁾, e o “cosmopolita” é sempre algo ou alguém que em função de tais processos se aproxima da universalidade. Cosmopolita não é bem o indivíduo que viajou muito, que esteve em Berlim e na Tunísia, mas aquele que, com viagens ou sem viagens (com elas é mais fácil), se avizinha do ideal clássico da *cosmópolis* e da “cidadania do mundo”. O que, por sua vez, nada tem a ver com o que hoje ocorre por aí com coisas como planetarização e globalização. Universal, e cosmopolita no sentido aqui indicado, terá sido um Tobias Barreto, que nunca saiu de Pernambuco; bem como, se se permite a comparação, um Kant, que nunca saiu de Königsberg.

Em Nabuco, a consciência dessas duas dimensões terá convivido com sua atitude diante do problema do federalismo: a necessidade de redistribuir constitucionalmente o poder político, dando às províncias (ou “Estados membros”) a sua devida parte e equilibrando adequadamente as forças locais e o governo central. Claro que aqui me refiro ao ideal federativo inerente aos modelos clássicos, e não ao pseudo-federalismo que o Brasil sempre teve.

Mas enfim, algumas anotações conclusivas não seriam descabidas.

Seria o caso de rematar com algo como “a lição de Nabuco”. Aristocrata, cosmopolita, e entretanto engajado nas lutas parlamentares e vivendo dentro delas as questões mais concretas. Político entranhadamente ligado às tricas ministeriais, mas também leitor dos clássicos, os da política e os da literatura. Ao mencionar as tricas ministeriais, aludo aos detalhes contidos nas análises do livro sobre o pai, bem como à efetiva atividade parlamentar de Nabuco, desenrolada em um tempo de grandes oradores e de políticos letrados. Foi entre esses políticos e aqueles oradores que Nabuco atuou com destaque. Surge então a pergunta: onde, no Brasil de hoje, políticos com suficiente lastro humanístico como tantos do tempo do autor de *Balmaceda*? Onde homens dispostos a citar historiadores ingleses e a discutir detalhes do orçamento? Certo que ainda restam alguns, uns poucos cujo perfil se perde no meio da maioria. Dir-se-á que os tempos são outros, mas não tanto. Dir-se-á que em outros países também não aparecem estadistas tão cultos, mas não é bem assim. O problema de nosso país vem sendo outro.

NOTAS

(1) — Não acredito muito nas frases que aludem ao “culto da pátria ausente” e que dizem que a residência da Europa é que apura o interesse ou a preocupação com a terra natal: algumas dessas frases estão no *Prefácio* de Paulo Prado ao livro de Henrique Coelho, *Joaquim Nabuco. Esboço biographico*, Ed. Monteiro Lobato, São Paulo, 1922.

(2) — Ver por exemplo José Aurélio Saraiva, *Capistrano de Abreu*, ed. José Olímpio, Rio de Janeiro 1969. Mais recentemente, João A. de Souza Montenegro, *A historiografia liberal de Tristão de Alencar Acaripe*, TP, Rio de Janeiro, 1998. Para os aspectos histórico-políticos, nossa *História das Idéias Políticas no Brasil* (Ed. UFPE, Recife, 1968), capítulo VIII, § 5.

(3) — Nossa *História das Idéias Políticas no Brasil*, cit. cap. VIII, § 5. Uma obra muito lida à época, sobre o tema, foi a de Dupont-White, *La liberté politique considerée dans ses rapports avec l'administration locale* (Paris, 1864). — Em discurso de agosto de 1885, porém, Nabuco pregava enfaticamente uma tríplice bandeira para o país: a abolição, a federação e a paz (H. Coelho, op. cit., págs. 114-115).

(4) — Em Sílvio Romero encontramos, em texto concernente a Buckle, uma menção a Bagehot (*História da Litteratura Brasileira*, 2ª edição, tomo primeiro, Rio

de Janeiro, Garnier, 1902 pág. 32). — Não sei se Nabuco e Sílvia terão conhecido um outro livro de Bagehot, *Physics and Politics* de 1861 (reeditado em 1956 com “Introdução” de Hans Kohn pela Beacon Press de Boston).

(5) — Para alguns aspectos A. Grafton e Lisa Jardine, *From humanism to the humanities*, Harvard Univ. Press, 1986.

(6) — J. Ortega y Gasset, “Mirabeau o el político” em *Tríptico* (Col. Austral, Espasa — Calpe, 3ª edição B. Aires — México, 1944) pág. 18. A forma como Ortega toma o partido de Mirabeau contra Robespierre (pág. 15) nos levaria a ponderar o seguinte: o radicalismo deste último foi talvez o do *revolucionário*, distinto do político — que flexibiliza e que reformula.

(7) — “Mirabeau o el político”, loc. cit., passim.

(8) — Humanista, não propriamente um “erudito”. — Não concordo, por outro lado, com o exagero do professor Gláucio Veiga, quando afirma que o humanismo, que “sobrou” em Nabuco, teria faltado em Tobias Barreto (*História das Idéias da Faculdade de Direito do Recife*, Recife, 1997, tomo VIII, pág. 14).

(9) — *Pequena história da literatura brasileira*, 8ª edição, Brigueit, Rio de Janeiro, 1949, pág. 328.

(10) — Paulo Prado, *Prefácio* cit., pág. II.

(11) — Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império. Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Tomo Primeiro, Rio de Janeiro — Paris, Ed. Garnier, 1897, livro I, cap. III, págs. 75 e segs. (Nabuco usava o termo “agitação paieira”).

(12) — Na observação de Gilberto Freyre, Nabuco teria, “democratizando-se”, aristocratizado as causas populares (*Perfil de Euclides e outros perfis*, Ed. Record, Rio de Janeiro, 1987, pág. 93).

(13) — Sobre as angústias de Sílvia Romero e de Euclides da Cunha, nossa *História das Idéias Políticas*, cit., págs. 259 e segs.

(14) — V. nosso artigo “Os clássicos e a exemplaridade histórica” em *Humanismo e História* (Ed. Fundarpe — José Olímpio, Rio de Janeiro 1983).

Recife, janeiro 1999.